

“Chegamos ao Rio e não sabemos onde estamos”: refugiados sírios e o comércio de esfihas e quibes no Rio de Janeiro

Gisele Fonseca Chagas¹

Houda Blum Bakour²

Resumo: O artigo aborda como jovens sírios, que chegaram ao Rio de Janeiro para solicitar refúgio em decorrência da guerra na Síria, narram suas experiências cotidianas na cidade por meio da venda de salgados árabes, como esfihas e quibes. Essa atividade não apenas constituiu sua principal fonte de renda, mas também um meio de conquistar visibilidade no espaço público local, embora não sem conflitos e ambiguidades. Propomos que o relativo êxito alcançado por esses jovens na comercialização de salgados nas ruas cariocas está relacionado à presença histórica da comunidade árabe na cidade e aos diferentes modos de pertencimento à Síria. A pesquisa que fundamenta o artigo consistiu na realização de trabalho de campo etnográfico em diferentes períodos entre os anos de 2016 e 2018, com atualizações em 2019 e 2024.

Palavras-chave: Refugiados; Síria; Brasil; Etnicidade; Comida.

"WE ARRIVED IN RIO AND WE DON'T KNOW WHERE WE ARE": SYRIAN REFUGEES AND
THE ESFIHAS AND KIBBEH TRADE IN RIO DE JANEIRO

Abstract: The article explores how young Syrians, who arrived in Rio de Janeiro seeking refuge as a result of the war in Syria, narrate their everyday experiences in the city through the sale of Arab snacks, such as *esfihas* and *kibbeh*. This activity not only became their main source of income but also a means of gaining visibility in the local public space, though not without conflicts and ambiguities. We propose that the relative success achieved by these young individuals in selling snacks on the streets of Rio is closely linked to the historical presence of the Arab community in the city and to the different ways of belonging to Syria. The research on which this article is based involved ethnographic fieldwork conducted at various times between 2016 and 2018, with updates in 2019 and 2024.

Keywords: Refugees; Syria; Brazil; Ethnicity; Food.

¹ Doutora em Antropologia. Universidade Federal Fluminense. Vice-coordenadora do Núcleo de Estudos do Oriente Médio (NEOM/UFF). Bolsista de Produtividade CNPq e Cientista do Nosso Estado (FAPERJ). E-mail: giselechagas@id.uff.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3798-8721>.

² Psicóloga, mestre em antropologia, sírio-brasileira, pesquisadora do Núcleo de Estudos do Oriente Médio (NEOM/UFF). Atualmente é Bolsista de Treinamento Técnico (TT5) da Fapesp (Fapesp / Processo: 23/09438-0) no Projeto Temático: "Do Coração das Guerras à Poética da Plasticidade: Criação e Engajamento no Pensamento Artístico em Contextos Africanos dos anos 1980 a nossos dias". E-mail: huda.bakur@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-6904-4121>.

Introdução

Rap do Wajeh³

Chegamos ao Rio e não sabemos onde estamos
 Nem com quem vamos morar
 Não sei para onde vou, se trabalho sozinho ou trabalho com o Nuh
 Abro a porta da varanda e penso
 Será que arrumo uma licença e
 E monto minha banca do seu ladinho?
 Veio o cara e me disse: vem cá
 Que te arrumo uma licença
 Me passa dois mil e descansa a cabeça
 Mas o cara queria visitar a família
 Lá no seu Vilarejo
 Sacaneou geral e sumiu ...
 Resolvi abrir o meu comércio então
 Eu e meu amigo
 E o dia em que conseguimos mais dinheiro
 Foi quando perdemos só 20 reais
 Ai ai...para onde o destino está me levando? (...).

Wajeh, autor do rap acima, chegou ao Rio de Janeiro em 2016, então com 22 anos. A história narrada na música é a dele, assim como a de tantos outros jovens sírios que chegaram ao Rio de Janeiro, entre 2012 e 2018, no contexto da guerra civil na Síria (iniciada em 2011). Sua vinda de Tartus, distrito litorâneo da Síria, para a cidade carioca foi motivada pela procura de uma alternativa de vida. Seus pais decidiram que ele deveria deixar o país para evitar o serviço militar obrigatório: era preciso “sair de uma guerra que não era sua”, não queria “lutar pelo que não havia provocado”, segundo suas palavras⁴. O Brasil foi uma escolha estratégica da família de Wajeh, uma vez que havia iniciativas do governo brasileiro para permitir a entrada de cidadãos sírios no país em meio à catástrofe humanitária provocada pelos confrontos militares. Ele nos contou que cogitou solicitar

³ Autoria de Wajeh Mahmoud. A letra do rap foi escrita e gravada em língua árabe, e a tradução para a atual publicação é de Houda Blum Bakour. As autoras agradecem ao Wajeh pela autorização para o uso do rap neste artigo. Link para ouvir o rap, na voz do Wajeh: [عالميو m4a de Wajeh Mahmoud](#).

⁴ Em conversa pessoal com as autoras. O texto aqui apresentado é fruto de pesquisa etnográfica realizada entre 2016 e 2018 pelas autoras na cidade do Rio de Janeiro, com atualizações em 2019 e 2024, no âmbito do projeto Refugiados Sírios no Brasil. Para o presente artigo, utilizamos o material obtido ao longo desses anos através de trabalho de campo etnográfico, que consistiu em acompanhar as atividades de venda de esfihas e outros salgados em barracas e carrinhos de lanches em diferentes bairros da cidade do Rio de Janeiro, além de conversas informais e entrevistas semi-estruturadas com os interlocutores da pesquisa. Tivemos como colaboradores jovens sírios que tinham entre 17 e 25 anos quando chegaram na cidade. O período de suas chegadas foi entre 2012 e 2017. Destacamos que, diferentemente de outras pesquisas que ampliam o conjunto de interlocutores para “refugiados do conflito sírio”, nossos interlocutores, em sua totalidade, têm nacionalidade síria. O pertencimento nacional, neste sentido, importa para a compreensão dos dados que serão apresentados. As conversas eram intercaladas entre as línguas portuguesa e árabe. Neste texto, citações das falas dos interlocutores serão sinalizadas com uso de aspas. Optamos por usar a grafia esfiha em vez de esfirra, para mantermos tal como escrita pelos interlocutores da pesquisa em suas barracas e cardápios. Utilizamos pseudônimos para proteger a identidade dos nossos interlocutores. Apenas o Wajeh, como autor do rap, permanece com seu nome original.

refúgio na Alemanha, mas as notícias sobre restrições em relação à entrada no país não eram encorajadoras e, em suas palavras, “o Rio de Janeiro tinha sol e praia”, como em sua cidade natal, e isso influenciou em sua decisão.

Tendo o rap de Wajeh como fio condutor de nossa análise, este artigo tem como objetivo explorar as maneiras pelas quais jovens sírios, que chegaram ao Rio de Janeiro como solicitantes de refúgio devido à guerra na Síria, narram suas experiências cotidianas na cidade por meio da venda de salgados árabes (esfihas e quibes). Essa atividade laboral não só constituiu a principal fonte de renda, mas também funcionou como um meio para que pudessem alcançar visibilidade no espaço público local, embora não sem conflitos e associações ambíguas entre eles. Nossa proposta é que o relativo êxito obtido por eles na venda de salgados árabes nas ruas do Rio de Janeiro está intrinsecamente ligado à presença histórica da comunidade árabe na cidade e aos seus modos de pertencimento à Síria em um contexto em que comida de rua já era uma prática consolidada.

De acordo com os dados do Comitê Nacional para Refugiados (CONARE), entre 2011 e 2020, o Brasil reconheceu 3.594 solicitações de refúgio de pessoas oriundas da guerra na Síria. Os primeiros a chegarem ao Rio de Janeiro, com vistos humanitários⁵, eram jovens, autodeclarados do gênero masculino e em idade de prestação de serviço militar no seu país de origem. Em entrevistas e conversas que realizamos com alguns desses jovens interlocutores⁶, notamos que as razões que os fizeram vir ao Brasil se repetiam em suas falas, tais como: “ninguém quer morrer”; “a minha família quis me proteger”; “minha mãe disse que preferia chorar minha distância do que minha morte” e “nunca quis guerra”. Esses relatos evidenciam que, para esses jovens, a saída da Síria foi um esforço familiar que mobilizou relações e recursos financeiros, pois havia maior urgência para estarem a salvo do alcance do exército e da guerra, do que com uma garantia de acolhimento no país de destino⁷.

Inicialmente, os jovens que se tornaram interlocutores em nossas pesquisas não tinham familiares ou pessoas conhecidas no Brasil. Em geral, quando chegavam ao Rio de Janeiro, assim como Wajeh, não sabiam “para onde ir” ou “com quem morar”. Eram solteiros, de classe média e não tinham responsabilidade de sustento e cuidado de uma

⁵ Modalidade temporária de visto concedida a pessoas que enfrentam graves crises humanitárias, adotado pelo Brasil em conflitos recentes. Em relação ao conflito sírio, o visto humanitário brasileiro foi adotado a partir de 2013, sendo que, nos últimos anos, a procura e a concessão ocorriam de forma instável, morosa e trabalhosa. Em março de 2025, o governo brasileiro retomou esta modalidade de visto para os sírios, desta vez, a partir da embaixada brasileira em Damasco, após os recentes conflitos entre apoiadores do antigo regime de Bashar al-Assad, sobretudo a comunidade alauíta, e os seus opositores.

⁶ As autoras agradecem a todos os interlocutores da pesquisa pela gentileza em nos receberem, em especial a Adel Bakkour, que nos apresentou alguns interlocutores e discutiu conosco diversos elementos da pesquisa.

⁷ Na Síria, o serviço militar era obrigatório para todos os jovens do sexo masculino a partir dos 18 anos. Havia algumas exceções previstas em lei, tais como anistia do serviço para os filhos únicos (ou único filho do sexo masculino de uma família) e o adiamento para aqueles que ingressavam em cursos universitários. Estes deveriam cumprir o serviço militar após a conclusão do curso. Em 2011, antes dos conflitos armados, o tempo de prestação de serviço militar obrigatório era de 18 meses. No contexto da guerra, o governo de Assad convocou oficiais da reserva e passou a recrutar jovens de forma indiscriminada, sem os critérios estabelecidos. Nos primeiros anos dos confrontos armados, as universidades foram fechadas e os jovens em idade de serviço militar passaram a temer “sequestros” e ações coercitivas que os alistassem ao exército sírio. Essa questão está refletida na especificidade do perfil de nossos interlocutores. Com a derrubada do governo de Assad em dezembro de 2024, o serviço militar na Síria deixou de ser obrigatório a partir de um decreto assinado pelo atual líder político do país, Ahmed al-Shara’a.

família e/ou filhos no Brasil ou na Síria. Em sua maioria, tinha ensino médio completo⁸ e pouca experiência laboral. No grupo de interlocutores, os poucos que já possuíam formação universitária completa encontraram dificuldades na validação de seus diplomas, o que impactou a possibilidade de transformar capital acadêmico em capital econômico no contexto local. Assim, o comércio, mais especificamente, a venda de produtos nas ruas da cidade do Rio de Janeiro, tornou-se a atividade mais imediata para a sobrevivência de nossos interlocutores. A comercialização de esfihas e quibes por sírios em situação de refúgio, por sua vez, conferiu nova visibilidade à identidade síria na cidade, posicionando-os como *outsiders* tanto em relação à comunidade árabe já estabelecida no contexto carioca, quanto à sociedade mais ampla.

Historicamente, a presença de indivíduos de fala e cultura árabe no Rio de Janeiro remonta aos primeiros tempos da imigração médio-oriental para o Brasil, sobretudo nas últimas décadas do século XIX e ao longo do século XX, quando tal fenômeno deixou de ser iniciativa individual e tornou-se coletiva (Pinto, 2010, p. 47). Desde então, nota-se uma pluralidade nas formas de pertencimento e de expressão das identidades árabes nos espaços urbanos cariocas. Para além da criação de instituições étnicas e religiosas⁹ ligadas ao Oriente Médio transnacional, sobretudo à Síria, ao Líbano e à Palestina, outras formas sensoriais e afetivas em torno da etnicidade árabe foram produzidas através da genericamente chamada comida árabe. Ainda por volta de 1926, por exemplo, havia cerca de quatro restaurantes árabes localizados no centro da cidade do Rio de Janeiro, região em que se concentravam comércios ligados à comunidade árabe (Pinto, 2010, p. 73). Esses restaurantes eram espaços de sociabilidade em que as conexões com o lar no Oriente Médio eram acionadas por meio do consumo de comida e de memórias compartilhadas.

Ao longo dos anos, novos restaurantes foram abertos em diferentes bairros da cidade do Rio de Janeiro, variando em níveis de sofisticação e de mobilização de diacríticos étnicos e culturais associados à identidade árabe; desta vez, no entanto, os pratos eram apresentados como comida étnica, estrangeira e, logo, como uma mercadoria com valores agregados a serem consumidos por clientes variados. Em paralelo, preparações como esfihas e quibes passaram a compor cardápios em bares e festas cariocas ao lado das coxinhas e demais salgados, sendo absorvidos e reelaborados na culinária brasileira. É nesse contexto, marcado tanto por restaurantes árabes especializados quanto pela popularização e apropriação de pratos árabes pela culinária local, que os refugiados sírios encontraram uma brecha de sobrevivência em um cenário citadino (im)permanente através da venda de esfihas e quibes nas ruas do Rio de Janeiro.

⁸https://www.acnur.org/br/libraries/pdf.js/web/viewer.html?file=https%3A%2F%2Fwww.acnur.org%2Fbr%2Fsites%2Fbr%2Ffiles%2F2025-01%2F2019-pesquisa-perfil-socioeconomico-refugiados_1.pdf?version=1736974051.

⁹ No Rio de Janeiro, ao longo do século XX, a construção de instituições religiosas como igrejas (melquitas, maronitas, ortodoxas), salas de oração e sociedades beneficentes muçulmanas (sunita e alauíta) contribuíram para marcar e dar visibilidade à diversidade religiosa da comunidade árabe, ao mesmo tempo em que a conectava transnacionalmente às suas comunidades morais do Oriente Médio a partir da circulação de autoridades religiosas, textos e discursos. Do mesmo modo, tais instituições eram arenas de articulação, em diferentes níveis, das identidades religiosas com "identidades nacionais (síria, libanesa, palestina); étnico-nacionais (sírio-libanesa) ou, ainda, pan-nacionais (árabe)" (Pinto, 2010, p.121).

Há uma vasta literatura antropológica que aborda como práticas comerciais e de consumo podem estar articuladas às formas de pertencimentos étnicos e de manutenção de comunidades imigrantes em diferentes contextos culturais (Gomes, 2002; Karam, 2009; Pinto, 2010). Em seu estudo sobre comércio étnico em Belleville, um *quartier* popular de Paris, Laura Graziela Gomes (2002) ressaltou três dimensões, nas quais essas conexões étnicas estão articuladas no comércio como lugar de memória, de acolhimento e hospitalidade e de conveniência. Segundo a autora, o comércio étnico se apresentava como uma “verdadeira ‘agência’ de acolhimento” (Gomes, *op.cit.*, p.194) para os estrangeiros recém-chegados, como meio de acesso ao trabalho e de inserção nas redes locais. A ideia de “agência de acolhimento” presente no comércio “feito por estrangeiros” nos interessa para a análise de como os jovens sírios, a partir da venda de esfihas e quibes, construíram uma rede de relações dinâmicas entre eles, o espaço público carioca e as formas de seus pertencimentos à Síria e à comunidade árabe já estabelecida no Rio de Janeiro.

Autores como John Karam (2009) e Paulo Pinto (2010) destacaram a importância, no contexto brasileiro, de estabelecimentos comerciais e associativos ligados às comunidades árabes de São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente, como lugares de memória e de manutenção dos vínculos sociais entre seus membros. Karam, em sua abordagem focada na cultura do neoliberalismo, aponta que, no final do século XX, a etnicidade árabe ganhou reconhecimento no mercado de consumo brasileiro, sobretudo a partir da culinária e da dança. Para ele, “o *marketing* transformou a cultura étnica em bem de consumo, enquanto o *marketing* ‘público-alvo’ converteu os grupos étnicos em nichos de mercado” (Karam, *op.cit.*, p.21). Deste modo, quando da chegada de pessoas em situação de refúgio provocada pela guerra na Síria, a possibilidade de comercializar comida árabe ou comida síria nas ruas ou em pequenos restaurantes ou lanchonetes foi, de certo modo, facilitada por esse mercado consumidor já estabelecido.

Estudos sobre a experiência de refugiados da guerra na Síria em cidades brasileiras reforçam essa dimensão do comércio em torno da comida árabe ou síria como uma primeira forma de obtenção de renda para essas pessoas. Do mesmo modo, ressaltam importantes elementos que compõem essa experiência laboral, tais como memória e afeto, modos de preparo, improvisos de ingredientes e técnicas, formas de empreender e de se relacionar com a sociedade brasileira (Campos *et.al.*, 2024; Carvalhosa, 2022; Diniz *et.al.*, 2022; Scagliusi *et.al.*, 2018). Estes trabalhos nos auxiliam a perceber a atividade de comercialização de comida árabe por pessoas em situação de refúgio em uma moldura mais ampla, como uma *assemblage* (Deleuze e Guattari, 1995), em que pessoas, coisas, sons, sabores, memórias e espaços estão em constante fluxo, construindo relações e formas de estar e de produzir novas composições no espaço público. Este artigo segue nesta direção, pretendendo abordar os modos como esses jovens sírios buscaram formas de se manterem na cidade do Rio de Janeiro a partir de uma atividade laboral que eles construíram coletivamente ao mesmo tempo em que produziam a si mesmos como pessoas em situação de refúgio.

“Se trabalho sozinho ou trabalho com Nuh”: a venda de esfihas e quibes no Rio de Janeiro

Quem circulou pela cidade do Rio de Janeiro, entre 2015 e 2018, deve ter observado a presença de um número crescente de bancas de esfihas e quibes em quase todos os bairros da Zona Sul, na Zona Norte e no Centro da cidade, localizadas próximas às saídas de metrô, praças e ruas movimentadas nos entornos¹⁰. Esse comércio ambulante, de bancas de esfihas e quibes, foi iniciado por um grupo de sírios então solicitantes de refúgio e recém-chegados à cidade do Rio de Janeiro. Segundo nossos interlocutores, a produção e venda desses salgados árabes começou como uma estratégia de sobrevivência. Atualmente, ainda é possível encontrar algumas dessas barracas em funcionamento, mas em escala bem reduzida em relação ao que foi o comércio há alguns anos.

No caso do Rio de Janeiro, para além de instituições como a PARES/RJ-Cáritas, das igrejas ortodoxas árabes e da mesquita muçulmana sunita na tarefa de acolhimento dos refugiados da guerra na Síria, houve ação de outros setores da sociedade civil e das comunidades religiosas brasileiras. Uma das iniciativas veio da ação de um pároco da Igreja Matriz de São João Batista da Lagoa, no bairro de Botafogo, Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, que acolheu um grupo de refugiados, com moradia e alimentação¹¹. A Igreja, como espaço de moradia, teve um papel fundamental na configuração de uma rede de amizade e solidariedade entre esses jovens refugiados, oriundos de diferentes cidades sírias.

Segundo nossos interlocutores, que moraram na Igreja durante os anos de 2014 a 2016, uma família síria, também em situação de refúgio e que residiu por pouco tempo nos dormitórios, começou a vender esfihas fornecidas por um comerciante, também sírio, mas já residente há décadas na cidade e de origem alauíta¹². Um dos jovens que residiam na Igreja, de origem palestina, percebeu a atividade como possibilidade de renda e procurou o fornecedor dos produtos, manifestando interesse em também realizar o trabalho. Assim, foi montada a primeira banca de esfihas e quibes em Botafogo, em frente a uma tradicional sala de cinema. Dias depois, outros dois jovens, também alojados na Igreja (um sírio e outro etíope), montaram suas bancas nas proximidades, e logo foram seguidos por outros jovens sírios na atividade, corroborando para a construção de um circuito de bancas nas ruas de diferentes bairros da cidade do Rio de Janeiro.

Com a expansão dessa atividade, surgiu um outro fornecedor de esfihas e quibes para os jovens refugiados: uma família alauíta, que, também buscando segurança longe da guerra na Síria, chegou ao Rio de Janeiro em 2016. Com recursos financeiros próprios,

¹⁰ Para um mapeamento das bancas de esfihas e quibes na cidade do Rio de Janeiro, ver Diniz et.al. (2021).

¹¹ A Igreja reformou um anexo nos fundos do seu prédio para receber os jovens e, posteriormente, mulheres e famílias. Em 2015, por exemplo, estava acolhendo 14 jovens sírios (10 homens e quatro mulheres) e uma menina nigeriana: <https://amaerj.org.br/noticias/igreja-em-botafogo-abriga-refugiados-sirios-e-pede-doacoes/>.

¹² Os Alauítas são uma minoria religiosa (deriva do islã xiita) que habitam principalmente o litoral da Síria e regiões do litoral do Líbano. Hafez e Bashar al-Assad, pai e filho, que estiveram no poder na Síria por mais de cinquenta anos (1970-2024), pertencem à comunidade alauíta. Ao longo do regime ba'athista liderado pela família Assad, diferentes eventos e políticas colocaram em constante tensão a comunidade alauíta com a maioria sunita do país. No caso da Guerra iniciada em 2011, a violência, aos poucos, foi sendo intensificada a partir de pertencimentos sectários. O avanço do sectarismo a partir de pertencimentos religiosos na Guerra da Síria também teve desdobramentos na diáspora síria pelo mundo. Sobre o papel do sectarismo na guerra da Síria a partir da visão da diáspora sírio-libanesa na Argentina e Brasil, ver Pinto e Baeza (2017). No Rio de Janeiro, a Sociedade Beneficente Muçulmana Alauíta foi fundada em 1931, inicialmente, seus membros eram imigrantes da região litorânea da Síria e de Trípoli, no Líbano. Ao adquirirem uma sede no bairro da Tijuca, passaram a realizar suas atividades de sociabilidade para as famílias alauítas e sunitas, até a criação da Sociedade Beneficente Muçulmana Sunita, em 1951, no Centro da cidade.

a família investiu no ramo e abriu uma fábrica de produção de esfihas e quibes, obtendo sua própria clientela de revendedores. Ao verem seus negócios prosperarem localmente, os fabricantes/fornecedores importaram peças de maquinário específicas para a produção das esfihas (e também de pão árabe) no Rio de Janeiro. Para eles, o negócio se tornou lucrativo, pois contavam com a clientela em expansão dos jovens refugiados que, ao longo do tempo, estavam presentes em dezenas de pontos de venda por toda a cidade. Esse aumento no volume da produção e venda de esfihas e quibes parece ter estimulado os fornecedores a chamarem parentes e amigos sírios, também de origem alauíta e da mesma região de onde são originários, para trabalharem em suas fábricas. Era uma alternativa de vida que sírios alauítas viam como oportunidade para escapar da violência da guerra. Aos poucos, tal atividade de produção passou a ganhar contornos sectários de pertencimento à Síria, através da identidade alauíta¹³.

Inicialmente, as bancas eram bem simples: um suporte e uma tábua de madeira onde expunham as embalagens de plástico transparentes e fechadas. Cada uma continha de 6 a 8 unidades de esfiha e quibe, vendidas na modalidade “para viagem”. As embalagens já vinham prontas dos fornecedores. O esforço inicial da maioria dos jovens era buscar, nesse comércio, uma forma de obter renda que lhes garantisse sobrevivência e, quem sabe, uma economia para planos futuros, o que incluía, para alguns de nossos interlocutores, a saída do Brasil para algum destino na Europa ou Canadá ou o pagamento da quantia exigida para a dispensa do serviço militar na Síria¹⁴. Tal pagamento possibilitaria a entrada desses jovens na Síria de Bashar al-Assad sem serem obrigados a se apresentarem ao exército.

Para os jovens sírios à espera de um futuro ainda incerto, a atividade de vender esfihas e quibes para brasileiros foi um emaranhado simbólico em um primeiro momento, marcado por dificuldades de diversas ordens. Aos poucos, as dificuldades linguísticas, inicialmente mediadas por tradutores digitais, passaram a ser menores e as interações com seus fregueses, melhores. Conversar sobre os salgados e sobre suas vidas na Síria e no Brasil com fregueses curiosos a respeito de suas histórias tornou-se uma maneira de criar canais de pertencimento, lembrar-se de casa e entender melhor as práticas relacionadas ao comer nas ruas do Rio de Janeiro¹⁵.

Um dos nossos interlocutores, originário de Tartus e que vendia na orla da Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, nos contou que não entendia o “porquê da maioria dos fregueses encherem a esfiha ou o quibe de ketchup”, e que estranhou o hábito de se comer quibe na rua, “como lanche e não como refeição”. Em 2016, enquanto observávamos às vendas de Mahmoud, originário de Homs e, então, ex-estudante de Economia na Universidade de Damasco, em sua barraca em um bairro da zona norte da cidade, ele nos disse, em tom jocoso: “Vocês conhecem a Síria, sabem como se come lá... já viram comer falafel frio? Nunca, porque é uma coisa para se comer quentinho, na hora. Aqui as pessoas pedem falafel para viagem!”. Essas falas nos indicam como, no processo

¹³ Aqui, traduzimos ta’ifa (طائفة) por sectarismo de forma ampla, com base em pertencimentos às comunidades morais na Síria, para além das crenças e práticas religiosas.

¹⁴ Valor de 3 mil dólares (em 2024). Com a queda do regime de Bashar al -Assad em dezembro de 2024, esta taxa foi abolida.

¹⁵ Entre 2016 e 2018 alguns dos nossos interlocutores relataram, na ocasião de nosso trabalho de campo em que acompanhamos ou conversamos sobre as vendas, o interesse de estudantes universitários brasileiros que compravam os salgados em suas trajetórias até ao Brasil. Um deles, jocosamente, disse que já estava cansado de ter que contar a mesma história e que ele mandaria os estudantes curiosos nos procurarem na UFF, como professoras da “História da Síria”.

de criação de canais de diálogos com a sociedade brasileira a partir do trabalho de venda das esfihas, a comida e os modos de comer foram mobilizados nas formas de autoafirmação de uma identidade síria definida a partir de construções de autenticidade cultural em torno do que seria a sua comida e os modos de consumi-la.

Com o êxito inicial da atividade de venda, vários vendedores de esfihas e quibes começaram a mudar a estrutura de seu negócio: abandonaram as bancas e adquiriram barracas maiores e com cobertura, incluindo estufas para armazenar os salgados, que passaram a ser vendidos por unidade e com um refresco, na lógica da comida de rua, rápida, visando o aumento da margem de lucro. As vendas das esfihas em tamanhos menores e em embalagens foram abandonadas pelos interlocutores desta pesquisa.

Além de mais equipadas, muitas barracas (e, em alguns casos, carrinhos de lanches) foram customizadas em um projeto estético com contornos étnicos e nacionais. As barracas passaram a ter cores, sendo decoradas com bandeiras que refletiam formas de pertencimentos nacionais, étnicos e, em alguns casos, religiosos. Por exemplo, em alguns bairros, vendedores sírios etnicamente curdos ostentavam bandeiras do Curdistão em suas barracas, em claro apoio à luta curda no norte da Síria contra o então regime *ba'athista*. Já em outras, ainda que em menor número, havia bandeiras da Síria pré-regime, que eram mobilizadas pela oposição a Bashar al-Assad¹⁶, e *masbahas* (terços para orações no islã) pendurados. Mahmoud, por outro lado, usava um colar com um grande pingente do mapa da Síria com as cores, então oficiais, da bandeira. Ele nos relatou que crimes estavam sendo cometidos na Síria por todos os grupos e não apenas pelo regime. Neste contexto, sua barraca, seu corpo e seu discurso sobre a guerra se emaranhavam na performance pública de sua identidade nacional e posicionamento político.

Além de informarem sobre os alimentos vendidos e seus preços, as barracas foram igualmente personalizadas, tais como "Comida Árabe Anuar", "Esfihas do Mazen", "Somos muitos, mas nós somos os melhores", em português e árabe, em um esforço de distinção em um campo social em disputa. Nota-se, ainda, como o falafel e a venda em potes de *baba ghanouj* (pasta de berinjela), que foram introduzidos como novidades nessas barracas, eram promovidos pelos vendedores como comida vegetariana, visando a ampliação do público consumidor¹⁷.

Se, por um lado, a atividade de venda de esfihas e quibes por jovens sírios na cidade do Rio de Janeiro permitiu a eles um meio de sustento, por outro, diversos conflitos envolvendo a gestão dos negócios surgiram. Havia jovens trabalhando sozinhos na relação direta de compra dos fornecedores e venda ao público; havia jovens que abriram sociedades e dividiram os custos e lucros; e havia, ainda, uma terceira modalidade, que era um jovem com mais recursos empregar outros na tarefa de vendas. Essa configuração dinâmica da atividade de venda de esfihas levou a diversas associações entre os jovens sírios refugiados, que resultaram em lucros ou prejuízos, em amizades ou desavenças. Aos poucos, as barracas foram se tornando mais individualizadas e "cada

¹⁶ Com a derrubada do regime de Bashar al-Assad, em dezembro de 2024, passou a ser a bandeira oficial da Síria. A bandeira tem as cores verde, branca e preta e três estrelas em vermelho.

¹⁷ Para uma exibição de algumas dessas barracas em 2016, ver <https://osmelhoresdorio.wordpress.com/2016/12/30/as-melhores-comidas-de-refugiados-do-rio-de-janeiro/>.

um passou a cuidar só de si”, conforme nos disse Amer, que chegou ao Rio em 2016 vindo de Aleppo.

A rede de relações desses jovens, construída inicialmente a partir da igreja, foi se diluindo por conta das questões relacionadas às vendas dos salgados, mas também pela dimensão política envolvendo sua própria condição de refúgio no Rio de Janeiro. Vários desses jovens não tinham relações com a comunidade árabe aqui estabelecida, e foram poucos os que buscaram algum contato em termos de uma vida religiosa nas instituições locais. Tais instituições e a comunidade árabe já estabelecida, por sua vez, tinham suas agendas e imaginações políticas e afetivas em relação à Síria que não eram, necessariamente, compatíveis com as dos jovens recém-chegados. As visões dos refugiados com os quais interagimos sobre a guerra na Síria, na verdade, ressoavam pouco os posicionamentos das instituições árabes estabelecidas no Rio de Janeiro.

Inicialmente, os jovens costumavam ter momentos de lazer juntos: cozinhavam comida síria (muitos aprenderam a preparar pratos com auxílio de suas mães que estavam na Síria, via WhatsApp), fumavam narguilé e conversavam sobre suas experiências “aqui” e “lá”. O acirramento dos conflitos na Síria e o aprofundamento da violência com contornos sectários, as notícias de familiares e amigos mortos e o conhecimento em detalhes dos acontecimentos cotidianos em suas cidades de origem foram minando as conversas e interações entre eles. Dessa forma, os posicionamentos políticos em relação ao apoio ou à oposição ao regime dos Assad, os questionamentos sobre o que estava em jogo, as diferentes camadas de acesso a bens e recursos no país natal e as diferentes imaginações de um futuro para a Síria e para si foram se tornando cada vez mais centrais na manutenção ou rompimento das relações entre os nossos interlocutores. O grupo maior, então, desfez-se e “cada um foi cuidar de si”, conforme mencionado por Amer.

Deste modo, a presença das barracas, dos jovens e de suas “comidas” construíam territórios em que uma identidade síria genérica era mobilizada através de símbolos e performances, como sintetizado nos exemplos etnográficos acima. Aos poucos, contudo, as sensibilidades e percepções sobre a Síria suscitaram frustrações e geraram novas territorializações para nossos interlocutores, onde outros elementos, como relações e pertencimentos a comunidades morais específicas, com seus sofrimentos e perdas em relação à guerra e seus desdobramentos, passaram a compor os modos de apresentação de si e de definição de seus posicionamentos nas redes de amizade que aqui foram estabelecidas.

Nos eventos de 8 de dezembro de 2024, por exemplo, com a tomada do poder na Síria pelo grupo liderado por Ahmed al-Shara’a, declaradamente sunita, e a mudança radical nos quadros de poder do país, informações como “ele é alauíta”, “curdo”, “sunita” ou “ateu, mas de origem sunita” passaram a compor as narrativas de nossos interlocutores de forma mais explícita e incisiva para definirem a si e aos outros sírios, sobretudo na atividade comercial em que estavam inseridos e em situações que envolviam conflitos sobre dívidas e concorrência por pontos de venda. Ao mesmo tempo, as percepções de nossos interlocutores sobre os eventos recentes na Síria não alteraram as regras dos negócios, entendidas por todos como um espaço de acordos possíveis.

Em paralelo, estruturou-se também uma disputa entre os fornecedores pela ampliação da rede de revendedores, o que se reproduzia nos próprios locais de venda: barracas passaram a funcionar uma ao lado da outra e em disputas por espaço e por fregueses que envolviam redução de preços e deslocamentos em busca de outros pontos

de venda. Com isso, dívidas foram se acumulando para muitos dos vendedores, pelo que Wajeh, em seu rap, pergunta-se para onde o destino o levaria, pois teve prejuízos financeiros tanto com seu próprio negócio quanto sendo funcionário de outra pessoa no ramo. Por conta desses problemas, adicionados ao período da COVID-19 e o necessário isolamento social, vários jovens sírios abandonaram a atividade e se voltaram para alternativas de trabalho ou deixaram o país. Alguns retornaram para a Síria, outros partiram para destinos na Europa quando tiveram oportunidade e, alguns, foram para outras capitais do Brasil.

Aqueles que permanecem no Rio de Janeiro e no ramo, ampliaram seu cardápio, incluindo salgados brasileiros, como coxinhas, por exemplo. Se, no início, a atividade era realizada por sírios com diferentes pertencimentos étnicos e origens religiosas, mais recentemente, percebemos que os vendedores são, em sua maioria, sírios etnicamente árabes e alauítas, além de brasileiros que foram empregados. Deste modo, percebe-se que, se a atividade de comercialização de esfihas e quibes era englobadora da diversidade de pertencimentos das pessoas sírias em situação de refúgio, aos poucos, seus contornos identitários alauítas passaram a marcar a cadeia de produção e venda desses produtos na cidade do Rio de Janeiro.

“Será que arrumo uma licença e monto minha banca do seu ladinho?”: sobre esfihas e burocracias

Se os refugiados sírios tiveram êxito em se apresentarem no espaço público do Rio de Janeiro como “pessoas boas trabalhando pela sobrevivência em um país estrangeiro”, por outro lado, sua visibilidade nem sempre despertou aceitação. Ao menos três episódios de violência contra os vendedores refugiados da guerra na Síria foram relatados e noticiados pela mídia¹⁸ há alguns anos.

O primeiro desses episódios provocou uma onda de indignação, solidariedade e empatia entre aqueles que presenciaram a truculência da guarda municipal com o jovem de origem palestina, espalhando sua mercadoria pela calçada e usando de violência verbal. O episódio foi gravado pelos transeuntes, e muitos deles conheciam a história do rapaz. Essas imagens ganharam visibilidade nas redes sociais, chegando a notícia até o prefeito Eduardo Paes, que, no começo de 2016, concedeu a este ambulante e a mais outros dois as primeiras licenças para a venda de esfihas nas ruas da cidade obtidas pelos sírios¹⁹.

No entanto, a notícia da licença concedida aos sírios causou indignação em outros ambulantes brasileiros que estavam aguardando há anos por tal documentação, o que pode ter contribuído para o segundo evento. Em 2017, no bairro de Copacabana, um outro vendedor de esfihas e quibes refugiado teve sua mercadoria vandalizada, e sua barraca foi destruída por um ambulante brasileiro, enquanto ele gritava palavras xenofóbicas, dizendo para o vendedor “voltar para o país dele”²⁰.

¹⁸ <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/empresario-faz-vaquinha-e-convoca-esfihaco-em-apoio-a-ambulante-egipcio-agredido-em-copacabana.ghtml>.

¹⁹ <https://www.facebook.com/EduardoPaesRJ/photos/rami-ahmad-e-mohamoud-chegaram-ao-rio-h%C3%A1-quatro-meses-fugindo-da-guerra-na-s%C3%ADria/1000368206696665/>.

²⁰ A presença de sírios nas ruas como ambulantes, principalmente após o episódio da concessão atípica da licença pelo então prefeito, provocou reações muitas vezes de indignação dos brasileiros que não recebiam

Em resposta a este incidente xenófobo, foi lançado um evento no Facebook intitulado *ESFIHAÇO*. Centenas de pessoas foram à sua barraca em Copacabana para mostrar o seu apoio, comprando todas as suas mercadorias do dia, o que foi amplamente divulgado pela mídia nacional. No mesmo dia do Esfihaço, no entanto, houve uma manifestação de cunho islamofóbico no bairro do Arpoador, próximo a Copacabana, onde manifestantes vinculados à Igreja Pentecostal Geração Jesus Cristo carregavam cartazes com dizeres extremamente ofensivos²¹.

A obtenção de licenças para o trabalho como ambulante por parte dos sírios, todavia, segue uma situação complexa, assim como para os demais ambulantes da cidade. Em 2021, outro caso de abordagem violenta por parte de guardas-civis com um refugiado sírio ganhou as redes sociais, desta vez no bairro da Tijuca²². Ele, como outros refugiados, queixou-se da lentidão dos processos de autorização para o trabalho e das formas escusas que, às vezes, são acionadas para a obtenção do documento. É o Wajeh, em seu rap, que canta:

Será que arrumo uma licença e monto minha banca do seu ladinho? Veio o cara e me disse: vem cá que te arrumo uma licença, me passa dois mil e descansa a cabeça. Mas o cara queria visitar a família lá no seu vilarejo, sacaneou geral e sumiu.

A espera pela documentação e a incerteza da superação dessa etapa interferiram de diferentes formas no cotidiano desses ambulantes, que se viam vulneráveis e expostos a situações adversas. Alguns vendedores de esfihas sírios, por exemplo, preferiam manter sua barraca simples, original, para ter mobilidade em caso de imprevistos. A falta de regularização da atividade desencadeou preocupações com o pagamento das dívidas, que se acumulavam junto aos fornecedores, assim como em relação às despesas referentes aos custos para a obtenção de documentação e das possibilidades de investimento para a compra de mercadorias. A espera, nesse sentido, pelo tempo da burocracia, somava-se ao tempo da espera sobre suas próprias vidas, alteradas de forma brutal pela situação da guerra e do refúgio.

Conclusão

O foco central deste artigo foi analisar as maneiras pelas quais jovens sírios que chegaram ao Rio de Janeiro entre 2012 e 2017, na condição de solicitantes de refúgio, tentaram se estabelecer na cidade. A venda de esfihas e quibes nos diferentes bairros cariocas não apenas se configurou como uma fonte inicial de trabalho e sustento, mas também como alternativa de criar visibilidade pública às identidades médio-orientais no contexto local, diferentes das imagens já consolidadas e associadas às instituições e à

o acolhimento e empatia que os sírios, e que se percebiam nas mesmas condições de vulnerabilidade financeira e social.

²¹ <https://oglobo.globo.com/rio/apos-esfirraco-de-apoio-sirio-refugiado-pastor-prega-preconceito-21710943>.

²² <https://migramundo.com/refugiado-sirio-no-rio-luta-contraburocracia-e-violencia-policial-para-voltar-a-trabalhar/>.

comunidade árabe da cidade, geralmente moldadas por narrativas de sucesso econômico e social (Pinto, 2010). Embora elementos culturais historicamente vinculados à identidade étnica árabe no Rio de Janeiro tenham sido mobilizados, como as atividades comercial e de mascateio, assim como a culinária, incluindo esfihas e quibes, nas formas de entendimentos sociais sobre as atividades de venda de salgados pelos jovens refugiados, os modos como estes firmaram sua presença no espaço público, principalmente durante os anos de 2015 a 2018, criaram uma outra forma de conexão do Brasil com o Oriente Médio a partir da gramática humanitária de acolhimento de refugiados, de hospitalidade e, em última instância, de oportunidades para recomeços.

Procuramos abordar como esses jovens buscaram estratégias de sobrevivência a partir de uma rede de relações por eles criadas no contexto de refúgio, ainda que, inicialmente, tenham contado com empresários de origem síria já estabelecidos no Brasil e que entenderam essa situação como oportunidade para um novo tipo de empreendimento, mais do que uma acolhida étnica pautada em solidariedade. As redes de relações criadas pelos nossos interlocutores no Rio de Janeiro eram diversas em termos de pertencimento à Síria, incluindo sírios etnicamente árabes e de pertencimentos morais distintos (sunitas e alauítas), além de pessoas de origem étnica curda, que residiam no chamado Curdistão sírio, com todos os constrangimentos políticos impostos a eles pelo regime de Bashar al-Assad. No conjunto, notam-se, ainda, pessoas de outras nacionalidades, como os palestinos que moravam na Síria e que foram, mais uma vez, deslocados forçadamente em razão da guerra.

Percebemos, então, como as categorias étnicas e nacionais e os modos pelos quais são mobilizadas precisam ser analisados em contexto, no intuito de entendermos as diferentes formas pelas quais nossos interlocutores se posicionaram no espaço público e em interação com a sociedade brasileira mais ampla, assim como as expectativas culturais envolvidas nesse processo. As falas e performances de nossos interlocutores ao comentarem sobre seus produtos de venda e a produção de significados por parte dos consumidores indicam essas questões. Um vendedor, avaliando o sabor da esfiha e do quibe, disse-nos: “É o que os brasileiros entendem como esfiha e quibe, então que seja assim!”. Já outro, de origem curda, comentou conosco, em tom de brincadeira, que, como não era árabe, não entendia de esfihas e quibes, mas de comida curda e, no entanto, todos (no Rio de Janeiro) interagiam com ele como se fosse um sírio árabe. Nesse sentido, ressalta-se como um olhar mais nuançado em torno das identidades étnicas dos indivíduos refugiados da guerra na Síria nos permite acessar outras camadas de significado e de pertencimento, para além das genericamente chamadas identidade árabe, comida árabe ou comida síria.

Do mesmo modo, as burocracias envolvendo não apenas a documentação pessoal como também a regularização da atividade impactaram a manutenção das redes de relações construídas inicialmente por nossos interlocutores: a maioria deles buscou outras formas de emprego ou foi embora do Brasil. Como desdobramentos e sugestões, propomos a realização de pesquisas etnográficas com os sírios refugiados da guerra que permanecem na cidade, no intuito de compreender como as recentes mudanças políticas na Síria impactaram suas expectativas e projetos de futuro. A nova Síria gera esperança ou ansiedade? Seria um novo tempo de espera ou um tempo de retorno?

Referências bibliográficas

- Bakour, H. B. (2007). *A igreja ortodoxa antioquina na cidade do Rio de Janeiro: Construção e manutenção de uma identidade religiosa diaspórica no campo religioso brasileiro* (Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói).
- Barth, F. (2005). Etnicidade e o conceito de cultura. *Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia*, 19, 15–30.
- Campos, C. A. M., & Rosa, E. M. (2024). Refugiados sírios no Brasil: Revisão da literatura. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 10(10), 3214–3236. <https://doi.org/10.51891/rease.v10i10.1614>.
- Carvalhosa, N. N. (2022). Movimentos, sabores e narrativas: Produzindo imagens com deslocados da Síria em São Paulo. In Centro Brasileiro de Estudos da América Latina / CBEAL. Fundação Memorial da América Latina (Orgs.), *Cadernos da Cátedra V. II: Vidas em refúgio* (Vol. 2, pp. 89–113). São Paulo: Centro Brasileiro de Estudos da América Latina / CBEAL. Fundação Memorial da América Latina.
- Chagas, G. F. (2009). Identidades religiosas e fronteiras étnicas: Um estudo do ritual da oração na comunidade muçulmana do Rio de Janeiro. *Religião & Sociedade*, 29(2), 152–176. <https://doi.org/10.1590/S0100-85872009000200008>.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (1995). *Mil platôs: Capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34.
- Diniz, G. C. da S., Guimarães, L. de O., Falcão, R. P. de Q., & Cruz, E. P. (2022). Redes de imigração síria no Brasil e criação de novos negócios. *Internext*, 17(1), 1–21. <https://doi.org/10.18568/internext.v17i1.624>.
- Elhajji, M. (1994). *Espaços da etnicidade: Estudo desenvolvido no contexto do Projeto Memória do Saara*. [s.n.].
- Gomes, A. de C. (Org.). (2000). *Histórias de imigrantes e de imigração no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7 Letras.
- Gomes, L. G. F. F. (2002). "Comércio étnico" em Belleville: Memória, hospitalidade e conveniência. *Estudos Históricos*(29), 187–207.
- Karam, J. T. (2009). *Um outro arabesco: Etnicidade sírio-libanesa no Brasil neoliberal*. São Paulo: Martins Fontes.
- Omran, M. (2015). O discurso religioso da preservação identitária nas comunidades muçulmanas alauítas do Brasil. *Espaço e Cultura*, 37, 54–76.
- Pinto, P., & Baeza, C. (2017). The Syrian uprising and mobilization of the Syrian diaspora in South America. *Middle East Report*, 284/285 (Winter).
- Pinto, P. G. (2010). *Árabes no Rio de Janeiro: Uma identidade plural*. Rio de Janeiro: Cidade Viva.
- Scagliusi, F. B., Porreca, F. I., Ulian, M. D., Sato, P. de M., & Unsain, R. F. (2018). Representations of Syrian food by Syrian refugees in the city of São Paulo, Brazil: An ethnographic study. *Appetite*, 129, 236–244. <https://doi.org/10.1016/j.appet.2018.07.014>.
- Scherer, L. A., Prestes, V. A., & Grisci, C. L. I. (2022). Shape the enterprise, shape the life: Strategy of living life in refuge as an ethnic entrepreneur in light of immaterial

labor. *Organizações & Sociedade*, 29(103), 805–831. <https://doi.org/10.1590/1984-92302022v29n0038EN>.

Valle, G. V., Bonomo, M., & Brasil, J. A. (2023). Sírios em situação de refúgio no Brasil: Histórias de vida e processos de inserção social. *REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, 31(68), 97–114. <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880006807>.

DOI desta publicação: <https://doi.org/10.34024/c94mg783>.